



### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE JULHO DE 2014

--- Aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano dois mil e catorze, pelas 19h e 15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja no Auditório Municipal do Páteo do Valverde em Azambuja, com a seguinte Ordem do Dia. ------

#### ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Processo de Revisão do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos
Serviços de Abastecimento de Água de Drenagem de Águas Residuais de
Azambuja – Esclarecimentos
Ponto 2 – Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia
1.1 – Alcoentre P 61/P/2014
1.2 – Aveiras de Baixo P 62/P/2014
1.3 - Aveiras de Cima P 63/P/2014
1.4 – Azambuja P 64/P/2014
1.5 – Vale do Paraíso P 65/P/2014
1.5 – Vale do Paraiso P 65/P/2014 1.6 – Vila Nova da Rainha P 66/P/2014
1.6 – Vila Nova da Raima P 66/P/2014 1.7 – União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e
Maçussa P 67/P/2014
Ponto 3 – Regulamento de Cedência de Viaturas de Transporte Coletivo de Passageiros
do Município de Azambuja – Alteração P 14/VP/2014
Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António José Mateus de Matos, e
secretariaram a reunião a 2ª Secretária Srª Sílvia Margarida Narciso Vítor, e em
substituição do 1º Secretária a senhora Inês Ramos.
Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Paula Alves Abreu
Martins, António Francisco Nunes Godinho, António José Fonseca Nobre, António José
Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel da Conceição Loureiro,
António Maria Calixto Isidro, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião
Calixto, Carlos Miguel Rebelo Valada, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Joaquim Luís
Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Avelino Colaço Correia, José Luís
Marques dos Santos, Justino Cláudio de Oliveira, Luís Fernando Lobato da Fonseca,
Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria Inês
da Graça Louro, Mário Miguel Cordeiro Rosa, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves,
Rogério Faria Jorge, Sérgio Joaquim Fernandes Ezequiel, Tatiana Filipa Pacheco
Gaspar
Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente
da Câmara Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr.º Vice-Presidente Silvino José da Silva
Lúcio e os Senhores Vereadores António Manuel Montez Amaral, Herculano Valada
Martins, David José Pinto Mendes, António Jorge de Oliveira Lopes e Maria João
Canilho
Perante a indisponibilidade de estarem presentes nesta reunião foram as Senhoras
Deputados Municipais Vera Lúcia Brás dos Santos (PS) e Maria Luísa Conceição
António (CPFNT), substituídas por Tatiana Filipa Pacheco Gaspar (PS) e por Mário
Miguel Cordeiro Rosa (CPFNT)

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, começando por cumprimentar todos os presentes e informando que esta Assembleia foi convoca com vista a um melhor esclarecimento de um assunto com muita importância, que é as "Águas e
Saneamento"
comunicação, convidou para prestar esclarecimentos sobre o mesmo o Engenheiro
Nelson e o Engenheiro Pedro (Técnicos da Câmara Municipal de Azambuja), o Dr.
Manuel Rodrigues (Advogado da Câmara Municipal de Azambuja), o Dr. Pedro Simões que têm estado a colaborar com a Câmara no que diz respeito aos pedidos de
esclarecimento do ERSAR, o Engenheiro Pedro Bougard que apesar de já não pertencer
à Câmara, aceitou o convite que lhe foi feito, e os representantes das "Águas de
Azambuja ",Engenheiro Diogo, Engenheiro Tiago e Engenheiro Gonçalo; agradecendo
a todos a sua presença
Passa a palavra ao Sr. Engenheiro Diogo das Águas de Azambuja, de modo a fazer
uma explicação acerca do processo de Águas em Azambuja e do aditamento ao contrato
com a "ADAZ" ORDEM DO DIA
Ponto Nº 1 - Processo de Revisão do Contrato de Concessão da Exploração e
Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água de Drenagem de Águas Residuais
de Azambuja – Esclarecimentos
Tomou da palavra o Sr. Engenheiro Diogo cumprimentando todos os presentes em
nome da "Águas de Azambuja", agradecendo a oportunidade de poder falar sobre a
empresa
Começa por mostrar o panorama do resto do país, dizendo que os desequilíbrios do setor das águas, são hoje um facto incontestável
Diz que há um conjunto de Municípios que têm nos seus preçários um valor que
recebem da água e saneamento inferior àquilo que é o custo da água, o que significa que
não é o consumidor que está a pagar essa água, mas sim o consumidor numa parte e o
contribuinte noutra. Refere que o Presidente das Águas de Portugal já veio falar neste
grande problema, que afeta em particular as "Águas de Portugal", uma vez que os
Municípios cobram à população um valor inferior àquilo que têm que entregar aos
sistemas multimunicipais. Refere que com isto as preocupações à volta do sector são
neste momento enormes
o que é que teve a negociar e qual é a situação da concessão
Refere que em 2007 a Câmara Municipal de Azambuja lançou um concurso público
internacional para a concessão do serviço de abastecimento de águas e de saneamento
de águas residuais do concelho. A AQUAPOR foi a vencedora deste concurso e assim
foi constituída a "Águas de Azambuja", tendo iniciado a sua atividade em Maio de
2009. Paralelamente à atividade dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de
águas residuais, a "Águas da Azambuja" têm a seu cargo um conjunto de obras pagas
por si própria que atingem um valor global de sete milhões de euros em 30 anos. Essas
obras deram origem a um conjunto de infraestruturas de que a "Águas da Azambuja"
têm um enorme orgulho, e que aumentou a taxa de cobertura das redes municipais de saneamento de 57% para 92% em apenas cinco anos. Desses 92% da cobertura, 81%
está em funcionamento, com as águas residuais aqui originadas a serem devidamente
encaminhadas para estações de tratamento das "Águas do Oeste", sendo que a restante
rede aguarda a finalização das obras das ETARES das "Águas do Oeste". Em apenas
cinco anos a "Águas da Azambuja" passou de uma situação de incumprimento das





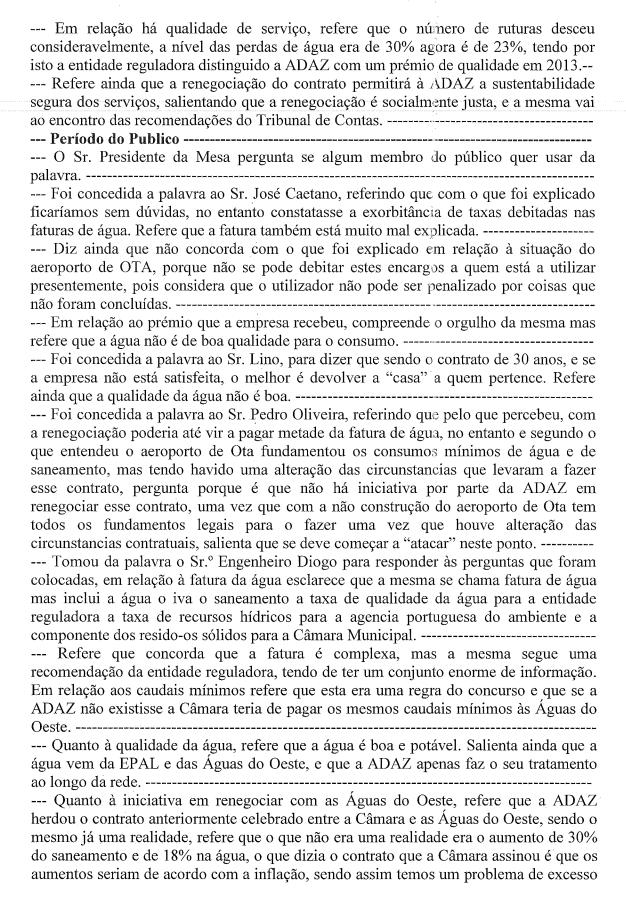
linhas de cobertura impostas pela União Europeia e pelo Estado Português para uma situação acima da média nacional. -------- Refere que a apresentação que a seguir se vai exibir, pretende mostrar a realidade da gestão de Águas e de Saneamento no Concelho. Começando por mostrar como é que o Concelho está organizado em termos do ciclo urbano da água, referindo que neste momento existem duas concessões a atuar em simultâneo neste Concelho, uma concessão do estado e dos municípios e uma concessão multimunicipal em que o concedente é o Estado Português e que o concessionário é o Estado Português através das "Águas de Portugal" e mais quinze Municípios. As Águas do Oeste captam a água e tratam-na através da EPAL e entregam-na nos reservatórios à entrada do Concelho, depois as Águas de Azambuja fazem a distribuição da água e a recolha das águas residuais e devolvem às Águas do Oeste, que têm depois a responsabilidade de tratar as águas residuais e devolve-las ao rio. -------- A segunda concessão que é a concessão das Águas de Azambuja, que foi atribuída pela Câmara às Águas de Azambuja para esta ser a concessionária. -------- Refere que as infraestruturas são da Câmara, salientando que neste momento existem 16 reservatórios com uma capacidade de reserva superior à reserva legal exigida, servindo esta capacidade de reserva para fazer face a alguns problemas que possam surgir. -------- Refere que a ADAZ vende um milhão e duzentos mil metros cubitos de água aos munícipes, mas no sistema entra um milhão e seiscentos mil metros cúbicos de água, esta diferença está nas perdas de água. No entanto existe um contrato de fornecimento de água entre as Águas do Oeste e a Câmara de Azambuja que obriga a adquirir três milhões de metros cúbicos de água por ano. Refere ainda que no Concelho de Azambuja existe 280Km de rede. Em relação ao saneamento refere que se fatura aos munícipes seiscentos mil metros cúbicos de águas residuais, mas que se entrega nas éteres um milhão de metros cúbicos, vindo esta diferença das infiltrações e dos sistemas unitários pluviais. Salienta que existe ainda um contrato de recolha que obriga a pagar um milhão e seiscentos mil metros cúbicos de esgoto, mesmo que não estejam a ser entregues têm que ser pagos. Refere ainda que a rede de esgotos tem 130 km. -------- Em relação às tarifas, apresenta uma tabela onde se faz a comparação entre as tarifas faturadas em 2009 e as tarifas que são cobradas hoje, concluindo que as mesmas não foram aumentadas. -------- No que diz respeito ao saneamento, refere que aqui sim, as tarifas aumentaram. Sendo o impacto da conjugação destas tarifas de 2% ao fim destes cinco anos para uma fatura de dez metros cúbicos. Em relação aos resíduos sólidos urbanos, refere que este é um serviço da Câmara, embora seja a ADAZ que o cobre, entrega o dinheiro à Câmara, tendo este serviço aumentado 32%. Salienta ainda que se algo é imputável à fatura da água, não é o preço da água e do saneamento, é o preço da recolha de lixo. Refere ainda que a média de consumo do Concelho de Azambuja está a baixo da média nacional. -------- Em relação às faturas refere que as mesmas têm cinco rubricas, explicando a estrutura da mesma e a que as tarifas nela representadas se referem. Salientando que apenas três quartos da fatura vai para a ADAZ. -------- Em relação às Águas do Oeste cobram a todos os 15 Concelhos que servem cerca de 0,65€ por metro cubico, e para tratarem as águas residuais cobram cerca de 0,61€. -------- Refere que quando a ADAZ chegou ao Concelho de Azambuja apresentou um tarifário abaixo daquele que estava em vigor. --------- O Sr. Engenheiro Diogo apresenta os aumentos que a ADAZ têm vindo a fazer ao

longo dos anos, e os aumentos que as Águas do Oeste também fizeram, explicando que em acumulado as tarifas da ADAZ aumentaram 7,56% e as tarifas das Águas dos Oeste	
aumentaram 18,5%	
Conclui que no acumulado praticamente tudo o que a ADAZ recebe é para entregar à Águas do Oeste. As Águas do Oeste representam neste momento 94% da fatura, sobra para a ADAZ 0,16€ por metro cubico, tendo de operar uma rede de 281 km de água e uma rede de 130 km de saneamento. Tendo por isso a empresa dado prejuízo. No entanto a ADAZ teve de fazer um conjunto de investimentos referidos no contrato de concessão, existindo ainda três obras por concluir mas que não afetam os consumidores. Sendo o Valor investido pela ADAZ de três milhões e trezentos mil euros	
Falando agora no aditamento ao contrato, e recuando um pouco atrás refere que o regulamento das águas e resíduos é um regulamento Municipal do ano de 2003, sendo os contractos dos caudais mínimos celebrados em 2003 com as Águas do Oeste, isto muito antes da concessão com a ADAZ, refere que herdaram esses contratos, não tendo qualquer responsabilidade neles. Salienta que existe também de 2004 um regulamento Municipal relativo à água. E em 2007 começou o processo de concessão das águas, tendo sido o contrato celebrado em 2009.	
O Sr.º Eng.º Diogo faz referência ao Aeroporto de OTA que é referenciado no contrato com as Águas do Oeste, atribuindo a esse facto os caudais mínimos serem de valor elevado.	
Em relação à legislação aplicável refere que o contrato tem a legislação de 1993 e o diploma foi revogado em 2009, dizendo que os contratos e regulamentos existentes devem ser adaptados no prazo de três anos após a data da publicação. O diploma obriga também à ligação aos sistemas municipais. Diz também que as tarifas em alta devem ser pagas pelos utilizadores. Determina ainda que se a ADAZ estiver a faturar menos do que o contrato deverá ser a Câmara a ressarcir a diferença.	
Refere também que não foram repercutidas no aditamento os caudais mínimos das águas, estando a ADAZ em tribunal contra as Águas do Oeste, por causa desta situação. Em relação à revisão de tarifas, a lei passou a incluir a tarifa do sistema multimunicipal mas só daqui para a frente, tudo o que está para trás está assumido pela ADAZ	
Salienta que o aumento negociado com a Câmara não é de 46,5%, mas sim de 21%, sendo este o aumento que o aditamento tem escrito em tarifas. Sendo assim a diferença destes efeitos dá uma poupança aos utilizadores de trinta e três milhões de euros, sendo este exercício a diferença entre 46,5% para os 21%. Refere que a ADAZ assumiu um conjunto de prejuízos, mas não consegue viver o resto da vida nestas condições, tendo de metre por ano quinhentos mil euros, sem saber qual é o aumento das Águas do Oeste para o ano seguinte	
Em relação à evolução dos preços e os novos tarifários, explica que com o aditamento os preços da água não vão sofre aumentos significativos e em alguns casos até vai baixar. No caso da tarifa fixa, explica que há dois tipos de contadores em Azambuja (contadores de 15mm e contadores de 20mm), tendo os contadores de 20mm uma tarifa mais alta até agora. Com o aditamento estes contadores vão ter um preço único	
Refere que é no saneamento que está o grande impacto deste aditamento, pois era aí que havia um maior desequilíbrio, uma vez que o que se tem que entregar às Águas do Oeste é significativamente maior do que aquilo que se cobra.	
en e	and Marketine







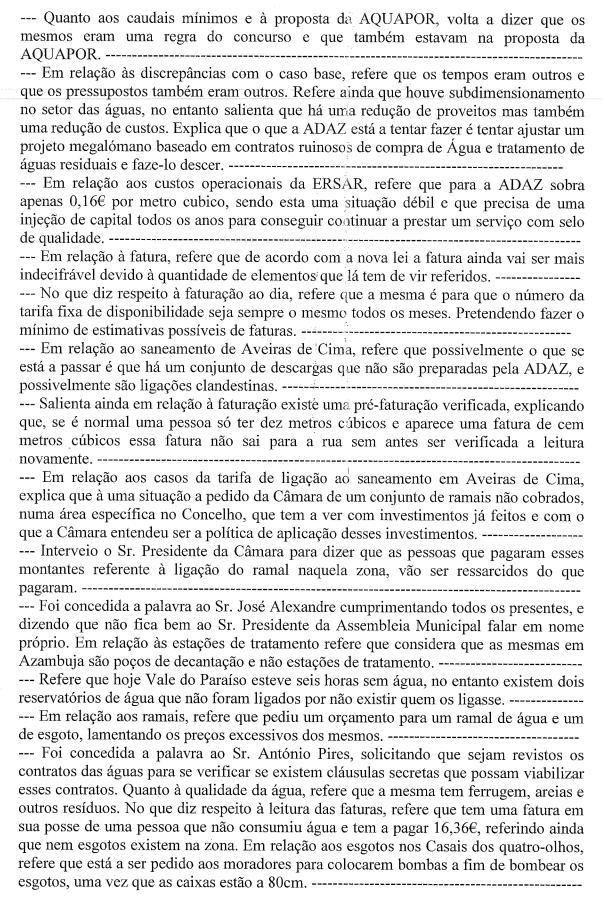


de água e de preço, sendo isto que está a causar os desequilibrios. Concluindo que se
está a tentar rever os contratos
Foi concedida a palavra ao Sr. Daniel Claro que começou por cumprimentar todos os
presentes e referindo que o Sr. Engenheiro Diogo tentou de alguma forma convencer os
presentes que, ou se aceitava a renegociação, ou viria uma suposta entidade aplicar um
aumento de 760%. Tentou também através do prémio de qualidade, convencer as
pessoas que a água era boa, mas logo a seguir disse que a ADAZ compra a água. Sendo
assim considera que o prémio deve ser devolvido
Em relação aos caudais mínimos, refere que quem abdicou dos mesmos foi a
AQUAPOR, porque foi a única concorrente à concessão que não fez refletir na sua
proposta os caudais mínimos deliberadamente para ganhar a concessão. Por isso
considera que falar-se de caudais mínimos neste contexto de revisão é absolutamente
despropositado.
Quanto ao aeroporto de Ota diz que em 2008 foi dito que o mesmo já não iria ser
feito, tendo sido a concessão assinada só em Maio de 2009
Refere ainda que o Sr. Engenheiro não falou nos fundamentos reais pelos quais estão
a pedir o reequilíbrio financeiro, não falou que este tem discrepâncias com o caso base,
não explicando este ponto detalhadamente sendo essa a principal questão
Refere que o caso base dizia que em 2009 Azambuja tinha 22.000 habitantes,
numero esse que só foi atingido este ano
Solicita que o Sr. Engenheiro diga qual era a capitação que o caso base prévia em
2009, e qual era a capitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística em 2007 e
2008. Pois salienta que só quando isto tudo for discutido é que se pode discutir a
substância àquilo que é pedido. Refere que tudo o que o Sr. Engenheiro disse carece de
um estudo financeiro que não foi apresentado, salientando que o dinheiro tem de vir de
algum lado
Solicita também que a ADAZ mostre como é que consegue rentabilizar uma
concessão em 20% com aquilo que apresenta
Diz ainda que o processo tem de ser alvo de uma auditoria. E menciona que o ultimo
relatório da ERSAR (2012) em relação a esta concessão diz que "os custos cobrem os
ganhos para alguns custos" e diz também que a estrutura da empresa é manifestamente
insuficiente para o serviço que tem que prestar
Em relação à fatura, refere foi uma ideia menos boa da ADAZ com a Câmara de
Azambuja transformar o contrato de concessão de "metros cúbicos/mês, para metros
Cúbicos/30 dias", isto fez com que pudessem faturar ao dia e ao faturarem ao dia
impossibilita o consumidor de fazer uma correta análise da sua fatura
Foi concedida a palavra ao Sra Gertrudes Simões que pergunta se quem tem o esgoto
a escoar para o rio a céu aberto e ao pé de casa, também tem de pagar saneamento.
Pergunta também porque é que mudam os contadores de seis em seis meses, salientando
que o contador que tem neste momento faz com que a água tenha mais pressão e assim
se consuma mais água.
Foi concedida a palavra ao Sr. Jorge Rodrigues referindo que foram identificados
oito casos em Aveiras de Cima em que a tarifa de ligação ao saneamento que foi
cobrado, foi muito superior à de outros vizinhos. Tendo-se dirigido à ADAZ para pedir
explicações, foi informado que foi prescindido do ramal domiciliário para alguns
munícipes. Posteriormente foi entregue uma carta na Câmara a pedir esclarecimentos
desta situação, solicitando saber se a resposta vem da ADAZ ou Câmara, e quando
Tomou da palavra o Sr. Engenheiro Diogo, dizendo que em relação ao selo de
qualidade o mesmo diz respeito à qualidade da água e à qualidade de serviço.
Salientando que todos os trabalhadores da ADAZ merecem o prémio









Em relação ao regulamento Municipal das Águas que a ADAZ adotou, refere que não diz que os proprietários sejam responsáveis pelas dívidas dos inquilinos. Mencionando que a ADAZ fez um contrato com um inquilino seu, e quando foi pedir a recolocação do contador em seu nome, disseram-lhe que teria de pagar a divida do inquilino. Referindo que isto viola a lei
Foi concedida a palavra à Sr <sup>a</sup> Deolinda que em relação aos esgotos dos Casais das
Comeiras, refere que os mesmos continuam por acabar e que os moradores não
conseguem fazer as ligações porque não existe ponte. Refere que foi solicitado a alguns
moradores que comprassem bombas para bombiar os esgotos. Referindo também que as
caixas de esgoto estão muito levantadas em relação à estrada, danificando assim os
automóveis. Queixa-se também do preço da fatura, uma vez que nem consome água da
rede e paga todos os meses à volta de 16€. Solicita ainda saber o que é a taxa de
disponibilidade
Tomou da palavra o Sr. Engenheiro Diogo para responder às questões colocadas, e
em relação às estações de tratamento refere que as mesmas são das Águas do Oeste. Em
relação à rutura de Vale do Paraíso, refere que a mesma foi complexa e que por isso
demorou mais tempo a ser reparada. Em relação à qualidade da água, refere que a água
potável tem resíduos, o que isso não é mau para a saúde. No que diz respeito às bombas
de esgoto, refere que há um conjunto de redes que estão a uma cota superior do que a
rede de saneamento, e que realmente as casas precisão de uma bomba de escoamento
Em relação ao inquilino que não pagou, refere que a divida é do cliente e não do
proprietário, no entanto tem de se verificar a situação em concreto. No que se refere às
tampas de saneamento, diz se tem tentado colocar em todas um amortecedor, que é uma
borracha que se vê a sair da tampa.
Explica ainda que a taxa de disponibilidade pretende pagar o investimento e a
manutenção, independentemente do consumo
Foi concedida a palavra ao Sr. João Benavente, mencionando a sua preocupação em
ouvir da parte do Sr. Engenheiro Diogo, algumas tentativas de desmistificação para
tentar explicar o injustificável, uma vez que disse que em 2009 o Município Azambuja
só tinha 57% de cobertura de água. No entanto em 1986 já tinha ultrapassado esses
57%, e em 1999 a cobertura do abastecimento de água já ultrapassava os 90%,
salientando que não foi aqui que a ADAZ gastou milhões de euros. Refere ainda que o
Município de Azambuja não comprava à EPAL os 100% de água que consumia uma
vez que 55% da água consumida era de produção própria, referindo que neste momento o mesmo deve acontecer em relação às Águas do Oeste. Salientando que tem
conhecimento de causa, uma vez que foi Presidente de Câmara
Em relação à qualidade da água, tem a salientar que durante muitos anos nunca
comprou água engarrafada para consumir em casa, e desde que água foi concessionada
nunca mais consegui-o beber água da torneira com a qualidade existente anteriormente.
Refere também que estes novos contadores fazem com que se esgote mais água no
abrir e fechar da torneira. Salienta ainda que não houve razão para Azambuja ter
concessionado a água e que o Município não ganhou nada com isso
Foi concedida a palavra ao Sr. Hugo, referindo que esperava que o executivo da
Câmara também tivesse uma palavra em relação a este assunto, uma vez que o contrato
é de 30 anos e tendo apenas 5 já houve necessidade de fazer uma renegociação do
mesmo, e nada garante que daqui a mais 5 anos, e até aos 30 não se tenha que fazer
novas renegociações
Foi concedida a palavra ao Sr. Francisco Galvão Morgado, que solicita saber se as
obras de saneamento em Alcoentre já foram dadas por concluídas. Salientando também



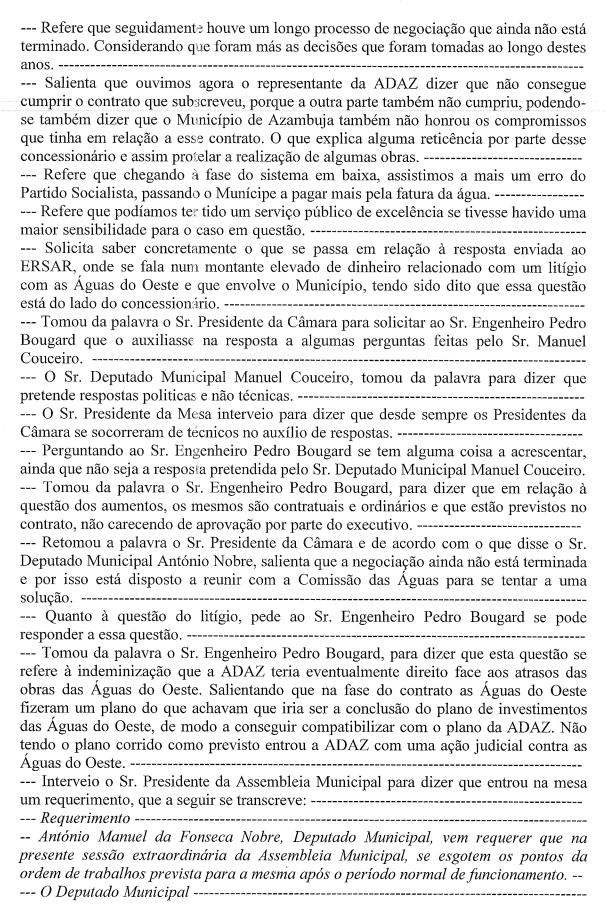


que a ADAZ em algumas estradas de Alcoentre abriu buracos para execução dos	S
trabalhos, e que até hoje não foi reposto o pavimento.	-
Tomou da palavra o Sr. Engenheiro Diogo para responder às questões colocadas dizendo que quando se referiu aos 57%, referiu-se ao saneamento.	,
Em relação às captações e água, refere que a Câmara entregou a mesma às Águas do	`
Oeste, não tendo agora captações próprias e tendo a ADAZ de comprar toda a água	
No que diz respeito aos contadores, refere que são uma peça de relojoaria, que o	
trocada periodicamente, não compreendendo assim a reclamação em relação a esta	
matéria	
Em relação aos escalões refere que no 1º escalão paga os metros cúbicos ao preço	<b>a</b>
designado nesse escalão até ao 5º metro cúbico, quando passa para o 6º metro cúbico	
esse sim é pago com o preço do 2º escalão e por aí fora	
Referindo-se ao que se vai pagar no futuro, dá um exemplo para 10 metros cúbicos	
onde atualmente paga 27.74€ e pagará com este aditamento 29.99€, existindo assim un	
aumento de 2.25€	•
Salienta ainda que esperam com este aditamento ajustar a concessão para um valo	r
mais realista	
Em relação às obras de saneamento em Alcoentre, refere que as mesmas estão	0
concluídas, podendo no entanto haver ainda a necessidade de reposição de algun	
pavimentos	_
Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que em relação a este assunto	),
reuniu a Câmara e a ADAZ esta semana, em que ficou decidido fazer-se uma avaliação	Э
conjunta das estradas onde existe essa necessidade, para que o pavimento seja reposto o	Э
mais breve possível	-
O Sr. Engenheiro Diogo refere ainda que se a fatura for de 30 dias e o consumo fo	
de 6 metros cúbicos, leva 5 metros cúbicos no 1º escalão e 1 metro cubico no 2º escalão	
Mas se a fatura for de 33 dias, não há uma afetação superior para o 2º escalão. Diz ainda	
que se faz uma especialização de redução quando o período é inferior, e de aumento	Э
quando o período é superior	-
Refere ainda que irá colocar no site da ADAZ uma explicação mais concreta sobre	a
leitura e compreensão das faturas.	
Foi concedida a palavra ao Sr. Almeida, referindo que há uma falta de clareza na	
faturação, explicando que houve um aumento na tarifa de disponibilidade que não fo	
comunicada, tendo sido apenas colocado na fatura em letra muito pequena, onde a	
pessoas nem se conseguem aperceber. Com isto a ADAZ conseguiu arrecadar num and	
21 240,00€ da tarifa de disponibilidade, e da tarifa de saneamento fixa, conseguiu un	1
valor de 4 320,00€	-
Quanto à faturação ao dia, refere que acha estranho e considera a mesma uma falta	
organização e de disciplina, explicando que a nível de consumo de gás, todos os dias 13 às 14.30h o contador é lido pelo leitor, sendo isto uma questão de organização	
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de dizer qu	
uma vez que o assunto é complexo e difícil, e uma vez que existe uma Comissão de	
Acompanhamento das Águas, que fosse agendada uma reunião com a ADAZ no sentido	
de se perceber se estes assuntos tem algo que deva ser analisado mais detalhadamente	
Foi concedida a palavra ao Sr. Mário, referindo que a empresa está a fazer o ser	
papel, a defender os seus interesses, sendo o seu único erro aceitar uma concessão	
quando sabia que partia de um princípio errado. Mas refere que a grando	
responsabilidade disto tudo é da Câmara, pois foi esta que entregou os seu	
, ron to the form of the control of	

reservatórios às Águas do Oeste e concessionou à ADAZ. Salientando que o que o povo espera agora é que a Câmara reúna com as Águas do Oeste e diga que isto está tudo mal e que exija uma revisão de tudo isto, uma vez que também é acionista das Águas do Oeste. -------- Foi concedida a palavra ao Sr. João Proença, para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, que se estivesse aqui como munícipe se concordava ou não com estas alterações. -------- O Sr. Presidente da Câmara tomou da palavra para dizer que assume a responsabilidade da Câmara, mas explica que no início de todo este processo foi dito numa reunião em Lisboa que ou aderíamos a tudo isto, ou poderíamos perder os fundos comunitários, tendo as Câmaras sido praticamente obrigadas a aderir a este sistema. -------- Respondendo à pergunta colocada pelo Sr. João Proença, diz que se estivesse só do outro lado, estaria a fazer hoje exatamente o que todos aqui têm feito. Referindo ainda que a Câmara Municipal está aberta a ideias e sugestões que queiram apresentar para tentar resolver este problema. Salientando também, que o processo ainda não está concluído e que ainda não está nada decidido. -------- Período dos Deputados Municipais -------- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, dizendo que nos termos do artigo 101 da cláusula nº4 do contrato de concessão, qualquer atualização anual ordinária da tarifa das águas de Azambuja, não pode ser alterada sem autorização prévia do executivo camarário. Refere que a tarifa de 2014, das águas de Azambuja não foi distribuída com a documentação desta Assembleia Municipal. Perguntando ao Sr. Presidente da Câmara com que autoridade e competência legal, autorizou os aumentos de 2014. -------- Refere que o acordo de reequilíbrio económico e financeiro para a ADAZ foi fechado em 2012. No dia 20 de janeiro de 2014 o Sr. Presidente da Câmara enviou ao ERSAR uma carta conjunta com a ADAZ, onde altera o artigo 88º do contrato de concessão e a respetiva alteração. Perguntando ao Sr. Presidente da Câmara porque é que só alterou esta cláusula, significando assim que concordou com todo o resto, nomeadamente com os acordos de 14,8% da tarifa de disponibilidade para reformados e pensionistas, concordando igualmente com o aumento das vistorias dos edifícios comerciais e das limpezas das fossas séticas. Perguntando ao Sr. Presidente da Câmara a sua opinião sobre todo este assunto. --------- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, cumprimentando todos os presentes e dizendo que tendo havido a iniciativa de convocar esta reunião para debater este assunto, considera que existe contradições uma vez que o Sr. Presidente da Mesa diz que não se está a discutir o contrato de concessão, mas o Sr. Presidente da Câmara diz que ainda está tudo em aberto. Perguntando o que é que ainda está por negociar, e qual a influência que a Assembleia Municipal poderá ainda ter, uma vez que considera que tudo já está bastante adiantado. -------- Em relação à explicação que deu o representante da ADAZ, refere que o mesmo é a parte interessada, logo a sua posição em relação àquilo que conseguiu almejar com o entendimento com a Câmara. -------- O Sr. Deputado refere que este modelo é insustentável, salientando que ao olhar-se para o que sucedeu com a concessão em Alta, constata-se que as espectativas não foram como se esperava, estando o resultado à vista, com uma concessão descabida e como o consentimento do Município de Azambuja, embora tendo sido alertado para as consequências que daí poderiam advir, abdicando de parte do seu património. -----



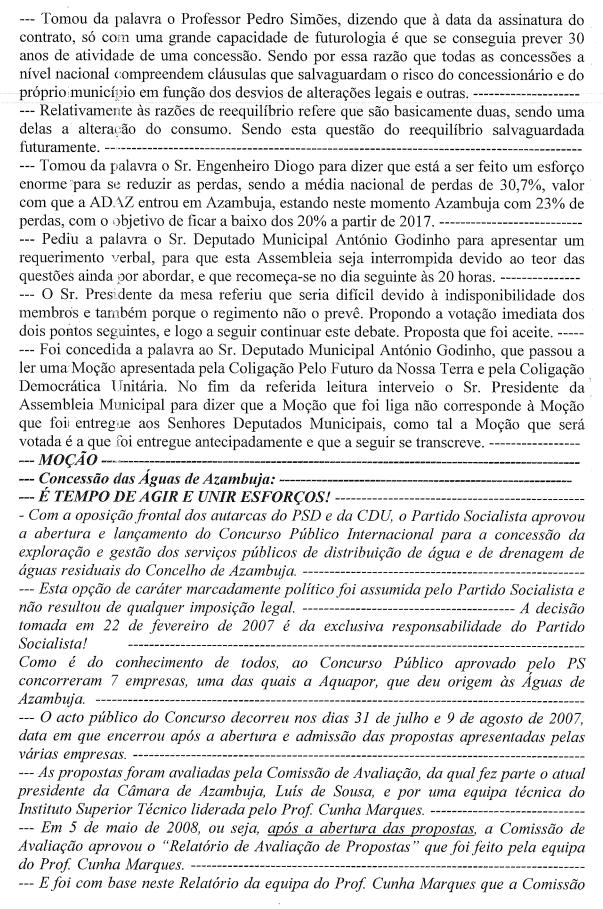




António Manuel da Fonseca Nobre
Alguns Deputados Municipais sugeriram que se perlonga-se a Assembleia para além
da 1 hora da manhã e até que se esgotasse o debate de todos os pontos
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, salientou que o regimento não permite,
mas se dois terços ou mais dos Deputados Municipais votar a favor, prolonga-se até se
esgotar o debate de todos os pontos, se for apenas por maioria finaliza à 1 hora da
manhã,
Colocada à votação foi o requerimento aprovado com 15 votos a favor e 13 contra,
significando que a Assembleia durará até à 1 hora da manhã.
Foi concedida a palavra à Sr <sup>a</sup> Deputada Municipal Inês Louro, referindo que entende
ser muito importante ouvir as explicações dadas pelos técnicos, uma vez que o tema é
controverso, solicitando ouvir algumas explicações do Arquiteto Pedro Bougard que
acompanhou o processo desde o início, e também do Professor Pedro Simões como
conhecedor desta matéria.
Solicitando saber o que aconteceu em termos económicos e sociais, quer a nível do
país quer em relação ao Concelho de Azambuja para que se ultrapasse a banda de
conforto dos 20%; quais os motivos que fundamentaram o pedido de reequilíbrio; qual é o risco que a Câmara tem com a alteração da cláusula 88°; quais as razões da revisão do
caso base e qual o impacto na forma de revisão das tarifas
Pergunta ainda ao Sr. Engenheiro Diogo e em relação às águas desperdiçadas qual o
impacto ambiental que causa
Tomou da palavra o Sr. Engenheiro Pedro Bougard, dizendo que após o concurso da
concessão houve um período de negociação do contrato que tinha como base o Dec. Lei
Nº 59, tendo esse Dec. Lei uma série de indicações e pressupostos legais que era preciso
tomar em conta para que o contrato vertesse o objetivo da concessão, que era contratar
obras cujo pagamento era feito com a entrega do bem para exploração, sendo comum
estabelecer-se alguns riscos para o concessionário
Havendo vários modelos, havia um que tinha a ver com uma banda de risco, ou seja,
todas as questões de quebra de receita ou de consumo que houvesse por parte da
concessionária eram pura e simples perda de receita do concessionário, não tendo a
Câmara de proceder a nenhum reequilíbrio económico ou financeiro para compensar o
concessionário pela quebra de receita. Essa banda foi estimada para o caso existente em
20%, tanto para baixo como para cima
Aquando da construção do novo modelo, que faz parte do aditamento ao contrato, já
tinha saído a nova legislação (Dec. Lei Nº 194) que preconizava uma série de coisas
diferentes. No evoluir das negociações e após o pedido do reequilíbrio por parte do
concessionário, que teve como base alguns vetores como é o exemplo da quebra de
caudais fora da banda, houve a necessidade de adaptar o contrato à nova legislação que
trazia uma série de novas regras
ultrapassando a barreira dos 20% causava sérios riscos de equilíbrio. De acordo com a
legislação antiga cada vez que houvesse quebra de caudal acentuado, haveria um novo
pedido de reequilíbrio, uma vez que a base do modelo inicial estava desatualizada da
realidade. Tendo-se assim de entrar numa adaptação do modelo do caso base e
abandonar a figura de reequilíbrio económico e financeiro. Passando assim a banda de
20% para um risco de 100% para a concessionária, acabando esta por aceitar ficar com
o risco completo desde que os parâmetros do novo modelo fossem o mais próximo
possível da realidade existente, dando-lhes assim uma certa garantia que não vai haver
nos próximos 5 anos grandes variações àquilo que foi estabelecido







de Avaliação introduziu novos factores de ponderação das propostas dos concorrentes, nomeadamente a "Antecipação dos objetivos relativos às redes de abastecimento de água", "Antecipação do objetivo relativo às reservas de água" e "Antecipação dos objetivos relativos às redes separativas de drenagem de águas residuais". -------- A par da introdução de novos factores de ponderação, a equipa do Prof. Cunha Marques e a Comissão de Avaliação – da qual fez parte o atual presidente da Câmara — desvalorizaram a subestimação dos custos de exploração relativos às Águas do Oeste que constavam na proposta que ganhou o concurso público, isto é, a proposta da Aquapor / Águas de Azambuja. -------- No dia 15 de setembro de 2008, o Partido Socialista foi a única força política a aprovar na Câmara Municipal a adjudicação da concessão às Águas de Azambuja. ---E no dia 26 de fevereiro de 2009, o Partido Socialista voltou a ser a única força política a aprovar nesta Assembleia Municipal a adjudicação definitiva da concessão às Águas de Azambuja. -------- Entretanto, uma das empresas que concorreu ao Concurso Público Internacional apresentou junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa uma ação de anulação da deliberação da Assembleia Municipal realizada em 26 de fevereiro de 2009, que aprovou a proposta do executivo camarário de adjudicação definitiva da concessão das águas e saneamento em baixa à empresa vencedora. -------- Este modelo de gestão do sistema de águas e saneamento em baixa não serve. -------- Aliás, com a alteração proposta ao contrato de concessão perspetiva-se o reforço deste modelo que se baseia essencialmente em projeções futuras que pretendem apenas inflacionar as tarifas, por modo a torná-las o suporte principal de todo o negócio das Águas, alavancando assim a sustentação económica da distribuição em alta e a criação de condições objetivas para uma eventual privatização do sector, que desde já se rejeita. --- Apesar de hipotética, importa antecipar o risco da total privatização do sector e assim prever que já se poderá pensar em eventuais vendas das empresas em baixa às que detêm a distribuição em alta, concluindo-se a verticalidade do negócio, assim contribuindo para a captura de rendas e a geração de grandes lucros monopolísticos à custa do consumidor final, mais não seja pelo perdão das dívidas dos custos presumidos, correspondentes à água não consumida e aos efluentes que não foram tratados, as quais são puramente virtuais, mas hoje entendidas como créditos puros. -------- Mas, no imediato, não se sabe ao certo quem ficará responsável pelos custos acrescidos, mormente os respeitantes aos consumos mínimos impostos pelo contrato, também, de concessão, que o Município de Azambuja celebrou com as Águas do Oeste, cuia responsabilidade também é do Partido Socialista ou se os mesmos serão imputados aos munícipes que não os consumiram ou geraram, como parece decorrer da alteração ao contrato de concessão com as Águas de Azambuja. -------- Regressando à questão da renegociação do contrato de concessão para o reequilíbrio económico-financeiro da concessão das Águas de Azambuja: --------- A empresa que a Câmara de Azambuja contratou para prestar apoio técnico durante as negociações com as Águas de Azambuja foi a EBĒS – Estudos de Benchmarking e de Engenharia de Sistemas, Lda., à qual o Prof. Cunha Marques está intimamente ligado. --- Ora, conforme consta em documentos oficiais que estão na posse das Águas de Azambuja e da Câmara de Azambuja – e como o atual presidente da Câmara bem sabe, foi o estudo feito pela EBES do Prof. Cunha Marques que fundamentou toda a renegociação do contrato de concessão e o consequente reequilíbrio económicofinanceiro das Águas de Azambuja. --------- A propósito da renegociação do contrato de concessão importa esclarecer ainda que





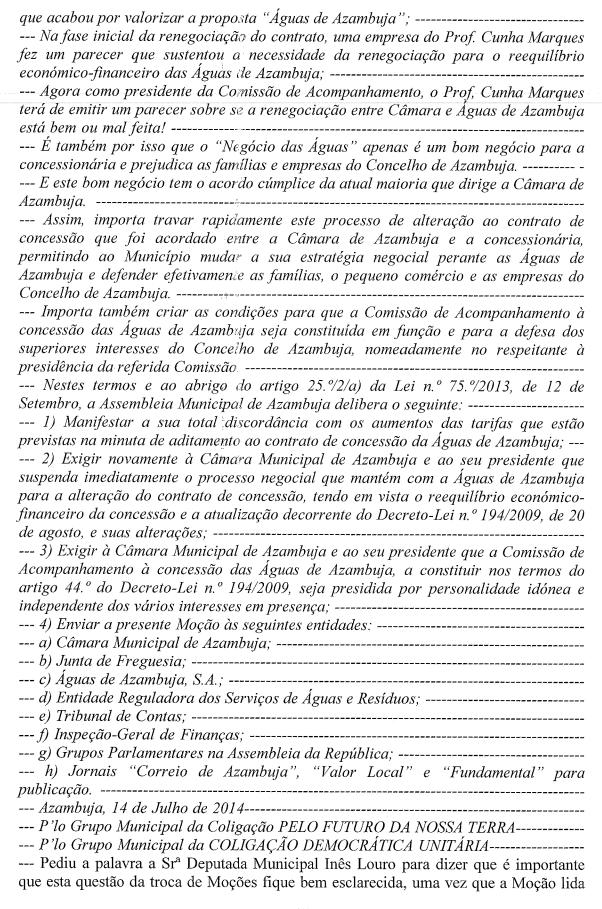
ela só existe porque houve um acordo nesse sentido entre a Câmara e as Águas de
Azambuja – como está bem expresso no Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços
de Águas e Resíduos – ERSAR, de 4 de abril de 2014 (pág. 4)
Sejamos claros: o contrato de concessão tem de ser atualizado, nomeadamente para
incorporar algumas das modificações que decorrem da aprovação do Decreto-Lei n.º
194/2009, de 20 de agosto, e das suas alterações
Mas, a renegociação do contrato de concessão para o reequilíbrio económico-
financeiro resulta exclusivamente do acordo firmado entre a Câniara e a
concessionária Águas de Azambuja!
No âmbito da renegociação do contrato, em 05 de fevereiro de 2013, a Câmara de
Azembuja remeteu à ERSAR a minuta de aditamento ao contrato de concessão da
Águas de Azambuja:
· ·
Esta alteração ao contrato de concessão resulta de acordo expresso entre a Câmara
de Azambuja e as Águas de Azambuja e tem em vista o reequilíbrio económico-
financeiro da concessão
Por agora, a ERSAR emitiu parecer desfavorável à alteração do contrato que foi
acordada entre a Câmara e as Águas de Azambuja
Todavia, neste seu parecer desfavorável de 4 de abril de 2014, a ERSAR refere
nomeadamente o seguinte:
"As demonstrações financeiras (apresentadas pela Águas de Azambuja) não foram
acompanhadas de um relatório de detalhe, que indicasse os pressupostos utilizados, de
forma, nomeadamente a permitir identificar se estão a reflectir apenas os eventos
motivadores de reequilíbrio () ou também desvios com origem noutros eventos que
devem ser assumidos pela concessionária () (págs. 3 e 4);
"() da análise efectuada aos referidos elementos, parece que () <u>as</u>
demonstrações financeiras integram outros ajustamentos para além dos identificados
como motivadores do reequilíbrio da concessão" (pág. 4);
"() A alteração das tarifas consubstancia-se, assim, no mecanismo proposto para
efectuar o reequilíbrio da concessão () <u>não sendo referida a utilização de qualquer</u>
<u>outro dos mecanismos previstos</u> " (pág. 5);
"() <u>é imprescindível a avaliação do impacto dos eventos em termos dos fluxos</u>
financeiros relevantes face ao cenário reflectido no contrato de concessão inicial. Só
assim é possível determinar se está devidamente fundamentado o recurso à alteração
das taritas ( )" (não )):
das tarifas ()" (pág. 5);
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. <u>Ao considerar-se no modelo</u>
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. <u>Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar</u>
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. <u>Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);</u>
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. <u>Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);</u>
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. <u>Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);</u>
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. <u>Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);</u>
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. <u>Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);</u>
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);
"É entendimento da ERSAR que a redução de 9% considerada para o primeiro ano de projecções dos volumes de abastecimento não é adequada por traduzir um cenário não coerente com os últimos dados conhecidos. Ao considerar-se no modelo económico-financeiro volumes de actividade baixos está-se a sobrecarregar indevidamente as tarifas ()" (pág. 7);

110% (pág. 9)
O encargo anual dos utilizadores não domésticos com saneamento aumenta 134%
(pág. 9) O novo tarifário terá aumentos brutais!
Estes aumentos somam-se ao recente aumento de 7,5% que foi feito na Tarifa de
Resíduos Sólidos Urbanos e que também faz parte da "factura da água"
A Câmara e as Águas de Azambuja acordaram aumentos em dezenas de tarifas!
Desde a tarifa de disponibilidade (água) à aferição de contadores, passando pela tarifa
de utilização (saneamento) até ao preço das vistorias. São dezenas e dezenas de
aumentos!
Aumentos que serão pagos pelas famílias, pelo pequeno comércio e empresas do
Concelho de Azambuja
A título de exemplo e olhando para o tarifário inicial e o novo tarifário acordado
A lituto de exemplo e ornando para o tarijarto inicial e o novo tarijarto acordado
entre a Câmara e as Águas de Azambuja: do 2 456/m20/15'' para 4 26/m20''
A Tarifa de Disponibilidade (Água) passa de 3,45€/mês/15'' para 4,2€/mês/20'',
sendo que a de 15 polegadas será abolida
As Vistorias nos edifícios de comércio passam de 10,78€/dispositivo para 300,00€,
tarifa única
A limpeza de fossas domésticas dentro do perímetro urbano e fora são
respetivamente de 41,87€ e de 31,40€ por depósito e passarão a ser de 75.50€ e 57,37 €
por cada 4 m³, sendo que o maior aumento (82 %) é fora do perímetro urbano,
exatamente onde deveria ser mais barato
A aferição extraordinária de contadores de Água passa de 26,95€ para 100,00€
A arquitetura tarifária não foi concebida por forma a corresponder ao interesse da
economia local e muito menos ao do consumidor doméstico
Foi por causa de tudo isto e muito mais que a Coligação PELO FUTURO DA
NOSSA TERRA apresentou uma moção a exigir à Câmara PS a imediata suspensão do
processo negocial com as Águas de Azambuja
A moção foi aprovada pela Assembleia Municipal de Azambuja, na sua reunião de
29 de abril, com os votos da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA e da CDU.
Mas o Partido Socialista votou contra e defendeu a concessão!
Já não há dúvidas que o "Negócio das Águas" tem o acordo cúmplice da atual Câmara
e do seu presidente Luís de Sousa!
E é também por isso que o presidente Luís de Sousa desrespeitou a decisão da
Assembleia Municipal e não interrompeu as negociações com as Águas de Azambuja
Por outro lado, nunca nos esqueçamos que, de acordo com o Relatório n.º 03/2014
da 2.ª Secção, o Tribunal de Contas tornou claro que Taxa de Rentabilidade Interna da
concessão das Águas de Azambuja é das mais elevadas do País
É esta taxa que mede a rentabilidade de um projeto de investimento, sendo que esta
taxa está diretamente relacionada com as remunerações dos accionistas
A Taxa de Rentabilidade da concessão das Águas de Azambuja é de quase 13%
É por causa de todo este enquadramento que se torna inexplicável que o atual
presidente da Câmara decidiu contratar de novo o Prof. Cunha Marques, através de
uma nova prestação de serviços
Agora o Professor é contratado para presidir à Comissão de Acompanhamento da
concessão das Águas de Azambuja
E de acordo com os artigos 44.º e 54 do Decreto-Lei n.º 194/2009, será esta
Comissão de Acompanhamento que terá de emitir um parecer sobre a renegociação do
contrato de concessão do "Negócio das Águas"
Em suma:
Na fase do Concurso Público Internacional, o Prof. Cunha Marques fez um parecer





# XX



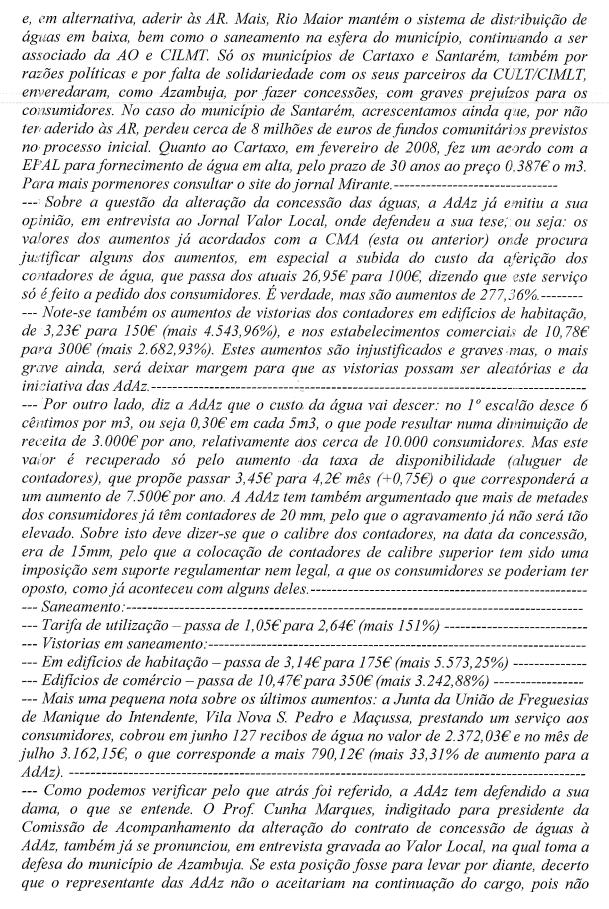
não está de acordo com a Moção apresentada às forças políticas. Refere que o Partido Socialista vai votar contra esta Moção pelo que ela pretende, uma vez que pretende a suspensão deste processo. Salienta que não se sabendo ainda as consequências legais e financeiras deste processo, não adianta parar-se o mesmo neste momento sem estar tudo devidamente esclarecido. --------- Pediu a palavra o Sr. Deputada Municipal António Nobre, para dizer que tendo em conta o lapso que houve na leitura da Moção, propõe uma nova leitura do texto da mesma. --------- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que não vê necessidade de uma nova leitura uma vez que todos os Deputados Municipais têm a referida Moção. -------- Colocada à votação foi a Moção "Concessão das Águas de Azambuja, É tempo de agir e unir esforços!", aprovada por maioria com 15 votos a favor (9 da CDU e 6 da Coligação PFNT), e 13 votos contra do PS. -------- Pediu a palavra o Sr.º Deputado Municipal António José Rodrigues, para fazer uma a declaração de voto que a seguir se transcreve. -------- DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE A MOÇÃO DE CONCESSÃO DAS ÁGUAS E SANEAMENTO -------- Breve historial: tendo em vista defender melhor a autonomia da administração local, foi criada a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em 1984, seguindo-se a criação de associações de âmbito regional, tendo o município de Azambuja aderido à Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT), em 1987, a qual passou a ter outras designações (CULT - em 2003) e (CIMLT - em 2008); em 2003, o município de Azambuja aderiu às Águas do Oeste (AO), que tinha como objeto social a distribuição de águas em alta, bem como o saneamento dos municípios da periferia da Bacia de Óbidos, com os quais não tínhamos qualquer afinidade regional; pela mesma altura (2003) e com o mesmo objetivo de distribuição de águas e saneamento da Bacia do Tejo, a CULT iniciava os estudos sobre a constituição de uma empresa que servisse os municípios associados, tendo constituído a empresa Águas do Ribatejo (AR) em 2007, exclusivamente através de capitais públicos e com elevados subsídios da União Europeia, cedidos a Fundo Perdido.-------- Em 26/2/2009, a ÂM de Azambuja, apenas como os votos do PS, aprovou a concessão das Águas à AdAz, conforme pormenores considerandos da moção. Queremos antes salientar que a CMA nunca apresentou um estudo de integração nas Águas do Ribatejo (AR), manifestando falta de solidariedade com os seus colegas associados na CULT.-------- Confrontada com esta questão, a administração da CMA, têm informado que "Azambuja e Rio Maior não poderiam aderir às ÁR por já terem aderido à AO, por que não poderiam beneficiar duplamente de fundos comunitários – prática que era proibida." Sobre o assunto temos procurado informações mais detalhadas, tais com obras realizadas pelas AO antes da constituição das AR e as respostas têm sido negativas e evasivas. Tanto quanto foi possível averiguar, à data da criação das AR, as AO ainda não tinham feito qualquer investimento no nosso concelho, a menos que nos informem sobre os valores investidos, locais e respetivas datas. O que na verdade se passou foi a cedência, à AO: das captações próprias de água em Alcoentre e Azambuja; as redes de distribuição de água e de saneamento com mais de duas centenas de Km; e as ETAR construídas para servir a maioria da população de todas as freguesias. Ainda assim, a AO apenas em 2012 colocou em funcionamento, a ETAR de Vila Nova de S.

Pedro, construída a expensas do município de Azambuja, na segunda metade da década de noventa. Assim sendo, continuamos na nossa tese, ou seja: era possível sair das AO





# 



aceitariam que fosse defender a parte contrária. Argumentou também que o acordo já aceite pela CMA é favorável ao município de Azambuja e aos consumidores, o que, em bom rigor, nem poderia fazer, na medida em que, se for definitivamente nomeado presidente, deverá ter apenas o papel de moderador e de árbitro, logo não poderá tomar posição pessoal em favor de qualquer das partes, exceto em caso de desempate de opiniões entre os representantes das partes. Em última instância, cabe à AMA escolher o nome do representante do município na dita Comissão de acompanhamento, que deverá ser um técnico ou uma pessoa do concelho com provas dadas no exercício de cargos autárquicos, representante esse que poderá ser assessorado juridicamente pelo advogado indicado pela CMA como seu representante.-------- Por último, continua a ser estranho que a CMA nunca se tenha pronunciado nem emitido opinião política sobre as questões controversas apontadas pelas oposições, apelando aos técnicos para darem explicações que jamais poderão ser de orientação política. É claro que a processos desta naturéza devem ser acompanhados por técnicos com capacidade para tal (em especial: economistas, juristas, engenheiros, etc.), mas a orientação política deve ser sempre da edilidade, cabendo aos técnicos apenas defender a orientação que lhes for transmitida, sem prejuízo de advertir para situações a evitar que possam vir a ser lesivas para os interesses do município e dos consumidores. --- Pela CDU -------- António José Rodrigues --------- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja a fim de apresentar a sua declaração de voto. -------- Falando no 1º pessoa do singular, refere que não existe na sala quem mais tenha feito como ele próprio e com a ajuda do Sr. Carlos Valada, para evitar a concessão das Águas de Azambuja. Tendo feito com que este assunto tivesse de ir cinco vezes à Câmara e outras tantas à Assembleia Municipal. Menciona que foi feita uma recolha de assinaturas, èm que foram recolhidas mais de 3 000 assinaturas para que fosse feito um referendo Municipal. Com isto refere que está totalmente isento de responsabilidades na aprovação da concessão das Águas de Azambuja. Mas neste campo há dois tipos de responsabilidade, a responsabilidade de quem concessionou em alta e em baixa. Salientando que neste momento existe uma situação que passará a um problema em função do que todos possamos fazer. Refere que o Sr. Presidente da Câmara tem que ouvir todas as pessoas que queiram ajudar na resolução desta situação e diz ainda que se esta situação não for resolvida brevemente poderá estar à beira do precipício. -------- Refere que apesar da maioria das pessoas não ter sido responsável por esta situação, se não tiver responsabilidade hoje, poderá ser amanhã responsabilizado por uma situação que não foi criada pela maioria dos presentes, mas que existe e tem que ser resolvida. Daí o seu voto contra esta Moção. -------- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, para dizer que ficou provado que esta sala não tem condições para reuniões deste tipo. Lamentando também que só três Deputados Municipais tenham tido oportunidade de falar sobre este assunto, não podendo as pessoas ficar totalmente esclarecidas. --------- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja para dizer que considera fantástico esta Assembleia Municipal ter acontecido, e que obviamente é impossível numa reunião desta natureza não autorizar uma intervenção mais perlongada do publico. No entanto refere que poderá haver outras reuniões desta natureza. -------- Ponto Nº 2 – Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia -------- 1.1 – Alcoentre ------ (P 61/P/2014) --- Discutido o assunto foi a Proposta nº 61/P/2014, aprovada por unanimidade. -----



1.2 – Aveiras de Baixo(P 62/P/2014)
Discutido o assunto foi a Proposta nº 62/P/2014, aprovada por unanimidade
1.3 - Aveiras de Cima (P 63/P/2014)
Discutido o assunto foi a Proposta nº 63/P/2014, aprovada por unanimidade
1.4 – Azambuja (P 64/P/2014) Discutido o assunto foi a Proposta nº 64/P/2014, aprovada por unanimidade
Discuttido o assumo foi a Proposta il 04/1/2014, aprovada poi unanimidade(P 65/P/2014)
Discutido o assunto foi a Proposta nº 65/P/2014, aprovada por unanimidade
1.6 – Vila Nova da Rainha (P 66/P/2014)
Discutido o assunto foi a Proposta nº 66/P/2014, aprovada por unanimidade
1.7 – União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e
Maçussa ( P 67/P/2014)
Discutido o assunto foi a Proposta nº 67/P/2014, aprovada por unanimidade
Ponto 3 – Regulamento de Cedência de Viaturas de Transporte Coletivo de
Passageiro do Município de Azambuja – Alteração (P 14/VP/2014)
Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Rogério Faria Jorge, referindo que consta
no processo que dentro dos autocarros não se pode comer, propondo que também não se
autorize que não se possa beber principalmente os motoristas
Discutido o assunto foi a Proposta nº 14/VP/2014, aprovada por unanimidade
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja, para
agradecer a presença de todos os convidados
APROVAÇÃO POR MINUTA
A 2ª Secretária Srª Sílvia Margarida Narciso Vítor da Mesa passou à leitura, em voz
alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo
sido aprovada por unanimidade.
A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter
deliberado, nos termos do nº 3, do art.º 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de Setembro
ENCERRAMENTO
Era 00 horas e 55 minutos do dia 23 de Julho, quando o Sr. Presidente da Mesa, deu
por encerrada a reunião.
Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os
membros, foi assinada pela Mesa

varo Wie A. Brosdo Souto

Tatana flipe Pacheco Gagaria.

Har MHO